

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 5 | Nº 15 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4553195>



REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DO FEMININO NAS COLÔNIAS DO VALE DO ITAJAÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX

Giancarlo Moser¹

Juliana Cavilha Mendes Losso²

Resumo

Nas últimas décadas, o papel da mulher vem sendo repensado e ressignificado. Muitos fatores influenciaram essa mudança, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, as conquistas advindas da luta do movimento feminista, a maior participação sócio-política da mulher, dentre outros. Esse ensaio tem como objetivo discutir sobre os papéis historicamente delegados à mulher nas famílias e na sociedade de imigrantes europeus no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, no final do século XIX. A metodologia utilizada no artigo é a pesquisa bibliográfica.

Palavras chave: Colônias do Vale do Itajaí. Imigração Europeia. Mulher. Papel da Mulher.

Abstract

In the past decades, the role of women has been rethought and reframed. Many factors have influenced this change such as the insertion of women in the labor market, as conquests arising from the struggle of the feminist movement, the greater socio-political participation of women, among others. This essay aims to discuss the roles historically delegated to women in the families and society of European immigrants in the Itajaí Valley, in Santa Catarina, at the end of the 19th century. The methodology used in the article is a bibliographic review.

Keywords: Colonies of the Itajaí Valley. European immigration. Role of Women. Woman.

INTRODUÇÃO

A condição e o papel das mulheres nos processos de colonização do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, ainda possuem escassa literatura, mas que vem sendo ampliada nos últimos anos por uma série de pesquisador@s que buscam ampliar a compreensão e as tensões que permearam o cotidiano e a condição destas protagonistas que muitas vezes são silenciadas no discurso oficial. Suas trajetórias de vida, narrativas do cotidiano estão envoltos em névoas que precisam ser descortinados para dar visibilidade, e, destacá-las do lugar de antagonistas de uma história.

O universo da época aqui retratada descreve as maneiras pelos quais tais processos se fundem e sinaliza a riqueza e a importância do labor diário, tanto ao que diz respeito à manutenção dos papéis que lhes eram consignados diante de uma sociedade marcada pela figura do homem desbravador perante a mata fechada, quanto aos desafios frente aos elementos diversos que marcaram este período, como destaca Hermann (2002, p. 26): "É muito difícil ser colono, os primeiros anos na mata virgem são cheios

¹ Doutor em Ciências Sociais (2007) e em Patrimônio Cultural (2019). Atualmente é docente da UNISUL.

² Doutora em Antropologia Social e professora da Estácio Florianópolis. Presidente da ONG Abacateiro Instituto de Pesquisa e Formação.



de privações. Quem mais sofre é a mulher, pois ela precisa ter muita boa vontade para agüentar até ter sua casa, como na pátria mãe".

Na Europa do século XIX, esperava-se que mulheres e homens representassem determinados papéis de gênero, desta maneira esperava-se que os homens vivessem uma vida pública, seja trabalhando em uma fábrica ou socializando com homens de mente semelhante em locais públicos, como clubes, reuniões ou bares.

Por outro lado, era esperado que as mulheres vivessem suas vidas em grande parte dedicadas exclusivamente ao espaço doméstico, nas atividades da casa, responsável pela cozinha, limpeza, manutenção da casa e educação da prole. Ou seja, o seu tempo de dedicação deveria de ser de total exclusividade à manutenção de sua casa, ou seja, a ideia de "tempo livre" deveria ser utilizado para a casa e prole, e, imersas em um rígido código de conduta feminino, não deveria ser gasto socializando, mas dedicado à manutenção da família, como por exemplo, costurar e lavar a roupa.

Tais expectativas de desempenho de um universo feminino, consideradas tradicionais, referem-se, em grande parte ao período antes do século XIX, visto que poucas dessas mulheres tiveram acesso às mesmas oportunidades de educação que os homens em mesmo período.

De fato, a educação para as mulheres, era, muitas vezes, percebida como próximo ao subversivo, uma possível perversão à estrutura social vigente. Também não é surpresa que as mulheres também foram excluídas da atividade política, não podiam votar, ou mesmo ser eleitas. Um exemplo, na Grã-Bretanha, as mulheres, enquanto sujeitos, eram tão ligadas aos seus maridos que sob a lei comum britânica do século XIX, elas mal eram consideradas pessoas, sujeitos de Direito.

Muito embora, as monarcas femininas existiram em séculos anteriores, estas foram em grande parte devido, ou a acidentes de nascimento, ou a morte de herdeiros do sexo masculino. E, exceções à regra existissem, as mulheres foram excluídas da esfera pública da sociedade do século XIX, a menos que estivessem acompanhando seus maridos, ou familiares masculinos.

BREVE CONTEXTO SOBRE O PAPEL FEMININO NO BRASIL: ENTRE O XIX E O XX

Durante boa parte da história do Brasil houve (ainda há) uma divisão sexual do trabalho que impôs tanto atividades domésticas e de reprodução (privadas) às mulheres, quanto atividades extra domésticas e de produção (públicas) aos homens.

A prevalência de altas taxas de morbidade e mortalidade (MACHADO; GHENO, 2013), especialmente os altos índices de mortalidade materna e infantil, reduziu a expectativa de vida da população. Como consequência, a sociedade se organizou no sentido de manter altas taxas de



fertilidade. Em média, no período mencionado, as mulheres destinadas às atividades domésticas, dentre elas a produção da "mão de obra", resultando em um alto número de gestações durante o período reprodutivo, o que colaborou no processo de distanciá-las das atividades de educação infantil e levando a um estreitamento das tarefas domésticas.

Nesse arranjo, as mulheres tiveram, obviamente, menor acesso a uma educação formal que os homens, justificativa elaborada que atribuía, e concebia apropriado, um saber elaborado e formal ao masculino. Tal qual mergulhados em uma cultura machista e patriarcal que atribuía ao homem o papel de provedor, e que, por sua vez, lhes era permitido melhores oportunidades de educação e, conseqüentemente um trabalho remunerado (ALVES, 1994). Tais temas dizem respeito a uma luta que perseguirá os anos vindouros, concretizando aqui uma relação entre a história das lutas das mulheres³ e os processos de mudança econômica e social que ocorreram no Brasil.

Miriam Grossi em seu clássico artigo sobre Identidade de Gênero e Sexualidade discorre sobre o papel pouco representativo que as mulheres que lutavam pelos mesmos ideais que seus companheiros masculinos, ocupavam na cena destes embates:

(...)movimentos lutavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária, e é justamente no bojo destes movimentos "libertários" que vamos identificar um momento-chave para o surgimento da problemática de gênero, quando as mulheres que deles participavam perceberam que, apesar de militarem em pé de igualdade com os homens, tinham nesses movimentos um papel secundário. Raramente elas eram chamadas a assumir a liderança política: quando se tratava de falar em público ou de se escolher alguém como representante do grupo, elas sempre eram esquecidas, e cabia-lhes, em geral, o papel de secretárias e de ajudantes de tarefas consideradas menos nobres, como fazer faixas ou panfletar. (GROSSI, 1997, p. 2).

É no decorrer dos anos 70 que as questões de gênero são introduzidas nas universidades pelas militantes feministas. As militantes feministas que estavam inseridas no universo acadêmico introduziram nas universidades questões e discussões relacionadas à mulher. Inicia-se uma grande produção acadêmica sobre a mulher; são os "estudos da mulher".

Naquele período, tais espaços acadêmicos eram discutidos a psicologia feminina e os porquês das diferenças políticas entre homens e mulheres. Nesses debates são abordadas as diferenças sociais entre homens e mulheres, que teriam sua gênese nas características biológicas, com respaldo "científico" para compreender e até justificar essas desigualdades.

Autoras como Joan Scott (1995), num período mais recente, apontam que as diferenças biológicas não existem, que elas são construídas social e historicamente.

³ O tema Luta das Mulheres é extremamente complexo e não é objeto deste artigo, portanto, não será aqui tratado de maneira pormenorizada.



É em função dessas discussões que os “estudos da mulher”, no final dos anos 80, passam a ser chamados “estudos de gênero”; pois a diferença sexual não poderia mais ser pensada apenas no plano do biológico. Por esses fatores, baseadas na rejeição do determinismo biológico, as feministas anglo-saxãs passam a usar gender no lugar de sex. É nesta perspectiva que Joan Scott explica que:

Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo “mulheres” por ‘gênero’ (...) Enquanto o termo ‘história das mulheres’ proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo ‘gênero’ inclui as mulheres, sem as nomear, e parece, assim, não constituir ameaça (1995, p. 75).

No que diz respeito à desigualdade, Guacira Lopes Louro determina que as desigualdades não podem ser pensadas no plano do biológico, mas, sobretudo no relacional, que é constituído no social:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos das sociedades, nas formas de representação. (1999, p.22).

É a partir da década de 90, os estudos passaram a contemplar também os estudos sobre os homens (LOURO, 1999; BUFFON, 1992; NOLASCO, 1995). Os homens e mulheres são agora pensados no plural e as diferenças são percebidas como construídas no social. Por isso deixa-se de estudar as mulheres isoladamente, mas na sua relação com, visto como a construção social.

Desta feita, vitórias acumularam-se ao longo do tempo e as dificuldades não impediram que houvesse uma evolução gradual, embora não linear.

O PAPEL HISTÓRICO DA MULHER NO BRASIL

É, no final do século XIX, que um número crescente de mulheres acessa a educação, dita formal, embora grandes segmentos da população ainda continuassem afastadas por inúmeras razões, morais, costumes, dentre outras. As portas das instituições brasileiras de ensino superior finalmente se abriram para as mulheres, como exigiam as primeiras feministas. Mais mulheres de classe média encontravam emprego fora de casa, especialmente em salas de aula ou em escritórios do governo e estabelecimentos comerciais. Um movimento moderado pelos direitos das mulheres tornou-se inevitável no Brasil.

Talvez um dos fenômenos mais reconhecidos nesta trajetória seja o Movimento sufragista no Brasil, que culminou, em 1932, quando o Brasil se tornou o quarto país do Hemisfério Ocidental a conceder o voto às mulheres, depois do Canadá, dos Estados Unidos e do Equador.



Embora algumas militantes tivessem defendido um maior envolvimento feminino na vida política e no mundo do trabalho no final do século XIX, um movimento de sufrágio organizado só surgiu no Brasil após a publicação de um artigo de Bertha Lutz em 1918, e que na sequência criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (1919), que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

O CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DO VALE DO ITAJAÍ

Retomando o cenário brasileiro que ocupa a história da região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, o qual é parte em um amplo processo e inscrito dentro dos grandes fluxos populacionais do séc. XIX, como menciona Giralda Seyferth (2000, p. 146) quando trata da "circunscrição espacial étnica desses grupos: "Excetuando São Leopoldo, as principais colônias alemãs surgiram na segunda metade do século XIX, caso de Blumenau, no vale do Itajaí (SC), fundada em 1850, e de Joinville (SC), fundada em 1851 – ambas iniciativas particulares". Sem dúvida, estes movimentos emigratórios levaram milhões de indivíduos a abandonarem suas terras de nascimento, por motivos diversos e procurarem um novo e, supostamente, melhor local para reerguer em suas vidas, promovido por uma profunda reconfiguração da ordem mundial nesse período, como discorre Hobsbawn (1998, p. 08):

A economia capitalista, como não poderia deixar de ser, tornou-se global. Ela consolidou essa sua característica de forma mais intensa durante o século XIX, à medida que foi estendendo suas operações para regiões cada vez mais remotas do planeta, transformando assim essas áreas de modo mais profundo. Sobretudo, essa economia não reconhecia fronteiras, funcionando melhor onde nada interferia na livre movimentação dos fatores de produção. O capitalismo era assim não só internacional na sua prática, mas internacionalista na sua teoria.

A América do Sul aparece nesse contexto como um dos mais promissores locais, pois fatores múltiplos somam-se para atrair europeus desvalidos ou com espírito aventureiro em viagens transatlânticas para receber dores de terra que seriam impensáveis em seus países de origem, por outro lado, também é oportuno ao governo imperial estabelecer aqui estrangeiros por motivações de defesas e intuito populacional como destaca Giralda Seyferth (2000, p. 144):

A decisão do governo imperial de implantar no sul um sistema de colonização com imigrantes agricultores, a partir de 1824, tinha motivação geopolítica – povoar uma região problemática do território nacional, ainda sujeita a disputas fronteiriças com países vizinhos – e um propósito de diversificação econômica, objetivando estimular o progresso com a vinda de camponeses e artífices europeus, que havia estimulado os primeiros empreendimentos coloniais autorizados por D. João VI em 1818.



Em síntese os fatores mencionados acima para o grande afluxo de imigrantes no Brasil relacionam-se aos seguintes aspectos: 1. Necessidade de modificação da mão de obra vigente no Brasil Império, ou seja, superar a dependência do trabalho escravo negro para uma mão de obra mais especializada e que, conseqüentemente, traria novos modelos de produção técnica; 2. Ocupação do imenso território imperial que se encontrava com baixíssima densidade demográfica; 3. Uma política de “branqueamento” da população brasileira⁴.

Piazza (2001, p. 06) ainda destaca alguns outros fatores que incentivaram a vinda dos imigrantes:

Na primeira metade do século XIX a Europa e, em especial, os estados de língua alemã passaram por um período de crise alimentar motivada pelo crescimento excessivo da população. A concentração das grandes propriedades rurais nas mãos da aristocracia dificultava a vida da classe camponesa. O regime político era o absolutismo, dominante após a implantação da Dieta, em [consequência](#) do Congresso de Viena, em 1815. Estes fatores colaboraram para o aumento de contingente migratório do continente europeu para a América. Paralelamente a esta situação estava o interesse despertado pela América, nas classes menos favorecidas da Europa, com a criação de um mito sobre fabulosas riquezas aqui existentes, o que possibilitaria melhoria de suas condições sócio-econômicas e políticas.

Nos 100 anos de 1872 a 1972, pelo menos 5,35 milhões de imigrantes vieram para o Brasil, dos quais 31% eram portugueses, 30% italianos, 13% espanhóis, 5% japoneses, 4% alemães e 16% de outras nacionalidades não especificadas.

Vale ainda destacar o fracasso de algumas tentativas, as quais ocorreram anteriores à independência, as quais foram:

(...) dos assentamentos de suíços na colônia de Nova Friburgo (RJ), em 1819, ou das colônias fundadas por alemães na Bahia em 1818 – não foi determinante do encaminhamento de colonos estrangeiros para o sul, embora o clima tropical apareça em discursos da época como obstáculo adaptativo para os europeus (SEYFERTH, 2000, p. 144).

Neste caso, a temperatura do país, o estímulo do Império com perspectivas econômicas, e a necessidade de mão de obra operam de maneira intensa para a vinda dessas famílias.

No tópico seguinte trataremos do espaço doméstico, e, a partir de registros, do cotidiano destas vilas caracterizadas com atividade campesina⁵.

⁴ “(...) Assim, no transcorrer do século XIX, a idéia de um nacionalismo cultural vai sendo suplantada pela construção de uma identificação nacional marcada pela raça. Giralda Seyferth destaca que a importância de um nacionalismo demarcado pela língua e pelas tradições populares nacionais, passa a ceder lugar a uma descoberta do racismo, radicalização do darwinismo social e origem da eugenia (SEYFERTH, 1996). Na esteira dessa transformação, ver-se-á, ao longo do último quarto do século XIX, grandes levas de imigrantes europeus aportarem em terras brasileiras. Essa massa populacional deslocou-se fortemente impulsionada por uma agressiva política imperial de aliciamento, a qual foi implementada em todo o continente Europeu. Ancorada na Antropologia Física e idealizada por personagens como Gobineau, Chamberlain e Lapouge, a determinação da superioridade racial branca percebia de forma negativa a mestiçagem. Entretanto, a intelectualidade brasileira, frente a essa tese da inferioridade do mestiço, construiu a teoria de um branqueamento em três gerações, o qual produziria uma população branca. Nesse intuito, elaborou-se um plano de regeneração nacional, a partir da vinda de imigrantes selecionados” (BENEDUZI, 2011).

⁵ Entendendo campesino enquanto agricultores com produção de pequena escala.



A MULHER NA COLÔNIA NO VALE DO ITAJAÍ: FAMÍLIA E VIDA DOMÉSTICA

O assunto da família no Brasil foi analisado pelas Ciências Sociais⁶ até que o tema fosse incorporado à historiografia dos anos 80. Anterior a este período, a contribuição dos historiadores era limitada, uma vez receosos em assumir as análises clássicas sobre o assunto, os historiadores contribuíram timidamente, reforçando modelos institucionais e estudos genealógicos. Além disso, aborda claramente o tema do ponto de vista do poder, tentando compreender a importância da família na sociedade brasileira. Imaginar toda essa produção como um todo, do início do século XX até hoje, significa basicamente entender o tratamento da questão do patriarcalismo, as diferenças e as continuidades/descontinuidades apresentadas nesses esforços analíticos.

Os historiadores deste período iniciaram o processo com a formulação de modelos teóricos nas décadas de 1920 e 1930, e, assim continuaram até os primeiros estudos revisionistas na década de 1960⁷.

Alguns dos principais documentos da época que retratam as condições dos imigrantes estão consignados nas cartas que eram trocadas entre as famílias emigradas e seus parentes nos países de origens.

Diversos destes documentos estão nos arquivos no Brasil e ou na Europa, bem como fazem parte do acervo dos descendentes destas famílias, esperando ainda virem à luz do pesquisador.

Neles os relatos femininos são eivados de apontamentos que descrevem as funções, as agruras e as esperanças na nova terra, como descrito por Heinrich (2011, p. 25):

Tínhamos o chão da floresta como cama, a árvore como morada, isto era aventura o bastante. Romântico quando se lê; não tão sedutor quando a gente tem que participar. (...) Acordei com o barulho de golpes pesados que ressoavam na floresta. Meu marido começara o trabalho como colono.

Esta descrição está na obra “A mulher do imigrante: vivências da esposa de um colono no sul do Brasil”, livro publicado na Alemanha, em 1921. A autora, Emilie Heinrichs⁸, narra com detalhes as desventuras enfrentadas pelos seus desde que deixaram Münster, em 1907, até retornarem ao país natal com o fracasso da missão.

⁶ Um clássico exemplo Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre, publicado em 1933, o qual debruça-se sobre o cotidiano e a importância da Casa Grande e da senzala, na formação sociocultural brasileira.

⁷ Contudo, nos estudos das décadas de 1920, 1930 e 1940, as nuances ideológicas emergiram de uma linha de pensamento que prevaleceria por décadas em relação à natureza, estrutura, função, concepção e importância da família brasileira.

⁸ Emilie Heinrichs estabeleceu residência em Brusque/SC, quando a cidade contava com apenas 200 habitantes. As agruras por que passou pouco deve ter diferido das experiências das germânicas que vieram para o RS, daí entendo que são válidos seus escritos, além de tratar-se de testemunho in loco. As cartas estão traduzidas na obra de RENAUX, Maria Luíza. O outro lado da História: o papel da mulher no vale do Itajaí 1850-1950. Blumenau: FURB, 1995.



Ao longo das cinquenta e oito páginas, a autora discorre sobre como foi aceitar a decisão de emigrar. Trata-se de mensagem dirigida às mulheres alemãs no sentido de alertá-las a não imitarem o seu gesto.

O texto realça os obstáculos para se iniciar uma colônia nas condições dadas, sobretudo a precariedade de meios e mão de obra. Sublinha, ainda, o quanto a mulher imigrante tem que trabalhar pesado: capinar, derrubar floresta, construir cabana e ajudar a serrar madeira.

Este relato revela-se recorrente, tanto em textos, como visto em Heinrichs, quanto em estudos pormenorizados sobre a participação/atuação da mulher imigrante junto a sua família, onde se destaca claramente a divisão do trabalho entre homens e mulheres e crianças, e, qual era o dever de cada membro da família, entendendo que todos tinham participação no desenvolvimento/progresso da colônia. Como observado por Seyferth (1974, p. 76) na colonização alemã em Vale do Itajaí-Mirim⁹:

O trabalho na propriedade camponesa se dividia em geral, da seguinte maneira: com exceção da derrubada, a mulher participava ativamente de todas as atividades do marido; portanto, o preparo da roça, a colheita e o cuidado com os animais domésticos eram ocupações de homens e mulheres adultos da família.

No entanto, tal dificuldade revelada em formato de quem viveu, é mencionada por Heinrich como uma conclamação às demais mulheres alemãs: "Aqui a vida é difícil, lá, porém, é muito mais complicada. Por isso: toda mulher, que tem influência sobre o marido, deve e tem que tentar fazê-lo desistir de imigrar" (HEINRICHS, 2008, p. 68).

A autoria feminina, por trás da voz de Heinrichs, assume a função de defender e reforçar a responsabilidade da estrutura familiar, seu compromisso frente à sociedade, a intransferível missão de ser e estar no mundo.

A ideia de estrutura familiar a qual Heinrich chama a atenção diz respeito a um modelo tradicional, em que os papéis estão definidos pelo gênero doméstico/privado versus espaço público.

No entanto, a vida na colônia desmonta estes lugares/papéis e evoca a mulher imigrante na atuação para além destes lugares de gênero, sem, contudo apagar seus lugares sociais que emergiam de determinados trabalhos que deveriam desempenhar.

Ao que diz respeito aos papéis femininos, Seyferth (2013, p. 56) destaca que:

A presença feminina nos fluxos migratórios atuais, inclusive individualizada, tem sido objeto destacado pelos pesquisadores, tendo em vista questões econômicas e morais, e as mudanças nas relações de gênero associadas à mobilidade. No entanto, a multiplicidade das atividades

⁹ Importante destacar que no Vale do Itajaí, a colonização foi predominantemente alemã. Em contrapartida os colonos italianos receberam terras em distritos que não estavam totalmente povoados com imigrantes alemães, como Rodeio, Benedito Novo, e Rio do Sul. (SEYFERTH, 1974)



produtivas das mulheres e as mudanças no âmbito doméstico produzidas pela inserção em outro país, destacadas nas teorias da migração, são temas presentes nos processos migratórios do passado, que remontam ao século XIX no Brasil. A equivalência das mulheres nas atividades produtivas, às vezes assumindo a administração da unidade doméstica ou, ainda, a contestação de decisões de pais e maridos relacionadas à emigração, são assuntos presentes em relatos que enfatizam os papéis femininos no contexto da colonização estrangeira no sul do Brasil, um processo de ocupação territorial com famílias de imigrantes iniciado no século XIX, desdobrando-se até as primeiras décadas do século XX.

Neste contexto, Seyferth aponta ainda o que era trabalho de homem, trabalho de mulher e trabalho de criança, os quais obviamente reatualizam seus lugares e papéis de gênero, levando a mulher num retorno ao doméstico em atuações que envolvem o cuidado com a prole: "Era considerado trabalho exclusivamente feminino o cuidado com a horta e com a casa e o preparo dos alimentos" (SEYFERTH, 1974, p. 76).

Ainda na reflexão sobre papéis e gênero, as crianças também colaboram, de maneira secundária, e, desse modo, apreendem a ética familiar de trabalho racional que promove, em momentos também coletivos do desenvolvimento da colônia, como quando todos da família reuniam-se para: "numa espécie de mutirão familiar: a colheita e debulha do milho, o preparo da farinha de mandioca, o beneficiamento das folhas de tabaco" (SEYFERTH, 1974, p. 76)

Maria Catarina Zanini em sua pesquisa sobre comida entre os imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, a autora reforça um imperativo *colado* ao lugar ao gênero feminino e que atravessa camadas sociais e temporalidades: "a "cozinha", enquanto espaço doméstico, é considerado um ambiente do universo feminino" (ZANINI; SANTOS, 2008, p. 256).

E, neste ponto, o alimentar-se e ser alimentado envolvem dinâmicas de trocas sociais, identidade pertencimentos culturais, comida como cultura (MONTANARI, 2008) a questão que envolve a identidade social acrescentando o sentido que o alimento oferece a construção da identidade social de que o ingere (MINTZ, 2001)

Afinal, quem escolhe, planeja e executa, ocupa um lugar e um papel crucial estruturante na vida social no período da colônia, afinal como menciona Montanari (2008, p. 7): "A comida é expressão da cultura não só quando produzida, mas também quando preparada e consumida."

Assim, cabia a estas mulheres não apenas o cuidado com sua prole, mas a manutenção de seu lugar social identitário pertencente ao seu país de origem, lembrando via o alimento, o preparo o modo de cocção sua terra natal.

Um ponto importante é o lugar que a comida ocupa um lugar especial, como escrito por Zanini e Santos (2008):



(...) papel muito importante na construção das memórias coletivas destes grupos que, marcados por rupturas, passadas e presentes, elaboram sinais diacríticos específicos como demarcadores de seus pertencimentos e origens. (ZANINI; SANTOS, 2008, p. 257)

Como dito, esta mulher responsabilizava-se o 'não esquecimento', e a comida preparada era o relembrar diário de seu idioma, de sua cultura, de suas tradições e o faziam por meio do alimento transformado em comida: "cheguei à firme convicção de que uma mulher alemã no estrangeiro nunca vai superar a saudade de tal forma que possa dizer de todo o coração: encontrei uma nova pátria" (HEINRICH, 2008, p. 44).

O matar a saudade via o alimento era um caminho para superar tal obstáculo, também mencionado em Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* quando aborda os doces produzidos pelas portuguesas para diminuir a saudade do país.

Complexificando, autores como Lévi-Strauss no quadro da antropologia foi quem ampliou o ponto de reflexão e mostrou no artigo *o Cru e o Cozido* (1964) o papel simbólico na dinâmica e estrutura social, na passagem da Natureza para a Cultura e o domínio do fogo o seu caráter elementar, ou seja: Comida é boa para pensar, não apenas para comer, afinal quem cozinha?

Maria Luiza Renaux (1995) também analisou os aspectos da vida social e privada dos colonos imigrantes do Vale do Itajaí. A autora procurou localizar os papéis femininos em diferentes fases do Vale do Itajaí: i) período inicial da colonização; ii) constituição do modo de vida burguês; iii) industrialização e proletarização; iv) período pós-guerra.

Assim, destacou o papel da mulher como chave da estrutura familiar e do desenvolvimento, uma vez que as mulheres, em sua existência doméstica, guardavam valores, disciplina, amor ao trabalho, dentre outros. Seyferth determina nesta perspectiva que: "Sem dúvida, é a estrutura social da família que determina a divisão do trabalho numa sociedade camponesa". (SEYFERTH, 1974, p. 75)

Seguindo este contexto, Rotermund (1997, pp. 148-149) também apresenta a condição da mulher na colônia da seguinte maneira:

E quando a mulher passa o dia todo na roça ao lado do marido, muita coisa que deveria estar acontecendo em casa para a educação dos filhos e para que o mundo doméstico fique em ordem deixa de ser feita. (...) No lar, a jornada se estendia até final do dia quando a mulher ainda lavava a louça, fechava a porta da cozinha e era a última a ir à noite para a cama; pela manhã era a primeira a deixá-la.

Os autores não divergem em estabelecer as condições cotidianas das mulheres e homens e seus papéis representativos e simbólicos dentro do cenário aqui retratado, ou seja, relegando mulheres ao espaço privada/doméstico com domínio e sujeição ao homem, ativo no cenário público e assinalando marcadamente os universos possíveis entre gêneros.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as mulheres sempre foram 'criadas' para representar-se à sombra dos homens. Suas tarefas estavam enraizadas na casa; conseqüentemente, elas foram privadas do direito de serem assimiladas à arena pública. Até os dias que correm, as mulheres ainda precisam lidar com a opressão e sujeição masculinas. Os homens sempre foram reconhecidos como representantes de suas famílias; tendo o direito de exercer seu poder sobre seus objetos, o direito de ocupar determinados lugares socialmente importantes, como políticos, juizes, ministros e líderes empresariais. Tais vantagens masculinas deram origem ao despertar de uma consciência feminista cujos motivos foram à necessidade de corrigir e discutir a desigualdade de gênero.

A ideologia dos séculos XVII e XVIII das mulheres subordinadas foi intensificada durante o século XIX, com o nascimento da revolução industrial.

O trabalho exercido em espaço público era negado às mulheres. Esse fato abriu o caminho para a separação de atividades profissionais entre os dois sexos. Os homens foram identificados como ativos, morais, racionais e dominadores, enquanto as mulheres foram vistas como inferiores aos homens, subordinadas, imorais e irracionais.

Durante o recorte temporal aqui discutido (segunda metade do Séc. XIX e início do Séc. XX) nas colônias de imigrantes europeus no Sul do Brasil, homens e mulheres foram forçados a trabalhar para enfrentar as duras condições de vida. O status das mulheres nas colônias não era diferente do das mulheres europeias daquela época. Os colonos trouxeram para a América a mesma atitude e espírito em relação ao status e papel das mulheres.

Na verdade, as mulheres experimentavam condições de vida difíceis. Sua opressão estava enraizada no sistema patriarcal de sua sociedade, onde todas as esferas públicas estavam fechadas. A esse respeito, a subordinação das mulheres teve origem em imposições religiosas de cunho bíblico os quais mencionam que não possuem o direito de falar na presença de homens, e é considerado um pecado falar abertamente em público.

Tal experiência praticada em 1889, quando uma república foi estabelecida no Brasil, com o sufrágio limitado a homens adultos alfabetizados - cerca de 3-5% da população tal. E, obviamente que o poder político continuou a ficar nas mãos das oligarquias regionais, com o governo federal e a economia controlados em grande parte pelos mais prósperos dentre eles, os barões do café de São Paulo.

A família entendida patriarcal sobreviveu à transição, tanto como uma forma de organização social e política quanto como uma metáfora da ordem social. E, por fim, estas mulheres com exímia



maestria sobreviveram a este jogo social submetidas que estavam aos papéis associados à condição do gênero feminino na família.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. **Mulheres em movimento**: voto, educação e trabalho. Ouro Preto: REM, 2003.
- BENEDUZI, L. F. “Por um branqueamento mais rápido: identidade e racismo nas narrativas do álbum do cinquentenário da imigração italiana no sul do Brasil”. **Antíteses**, vol. 4, n. 7, 2011.
- BUFFON, R. “Encontrando uma tribo masculina de camadas médias”. In: **Trabalho de Campo & Subjetividade**. Florianópolis: UFSC, 1992.
- GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e sexualidade**, Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: UFSC, 1997.
- HERMANN, K. “As vivências de Klara Herrmann”. **Blumenau em Cadernos**, T. XLII, n. 11- 12; T. XLIV, n. 1-6, 2002.
- LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MACHADO, N. T. G.; GHENO, D. A. “*Causa mortis* e taxas de mortalidade: aspectos históricos a partir de registros de óbitos, 1916-1929”. **Saúde e Sociedade**, vol. 22, n. 3, 2013.
- MEAD, M. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.
- MENDES, J. C. **Histórias de Quartel**: Um Estudo de Masculinidades com Oficiais Fora da Ativa (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social”. Florianópolis: UFSC, 2002.
- MINTZ, S. “Comida e antropologia. Uma breve revisão”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, n. 47, 2001.
- MONTANARI, M. **Comida como Cultura**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.
- MURRIETA, R. S. “Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Itaquí, Baixo Amazonas, Pará”. **Revista de Antropologia: USP**, vol. 44, n. 2, 2001.
- NOLASCO, S. “A desconstrução do masculino: uma contribuição à análise de gênero”. In: **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995.
- RENAUX, M. L. **O outro lado da História**: o papel da mulher no vale do Itajaí 1850-1950. Blumenau: FURB, 1995.
- ROTERMUND, W. **Os dois vizinhos e outros textos**. São Leopoldo: SINODAL / Porto Alegre: EST, 1997.



SEYFERTH, G. **A colonização alemã no vale do Itajaí Mirim**. Porto Alegre: Editora Movimento/SAB, 1974

SEYFERTH, G. “As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional”. **Horizontes Antropológicos**, ano 6, n. 14, novembro, 2000.

ZANINI, M. C.; SANTOS, M. O. “Comida e simbolismo entre imigrantes Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil)”. **Caderno Espaço Feminino**, vol. 19, n. 1, 2008.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 5 | Nº 15 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima